

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	31
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	33
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	34
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.913
Preferenciais	11.913
Total	23.826
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	134.686	136.821
1.01	Ativo Circulante	5.322	6.289
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	33	111
1.01.03	Contas a Receber	945	1.612
1.01.03.01	Clientes	945	1.612
1.01.04	Estoques	2.808	3.231
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.462	1.212
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.462	1.212
1.01.07	Despesas Antecipadas	63	21
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11	102
1.01.08.03	Outros	11	102
1.02	Ativo Não Circulante	129.364	130.532
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	57.332	57.602
1.02.01.06	Tributos Diferidos	23.188	23.446
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.188	23.446
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	34.144	34.156
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	164	176
1.02.01.09.04	Empréstimo Compulsório Eletrobras	33.889	33.889
1.02.01.09.05	Outros Créditos	91	91
1.02.02	Investimentos	222	222
1.02.02.01	Participações Societárias	222	222
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	222	222
1.02.03	Imobilizado	71.767	72.662
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	71.767	72.662
1.02.04	Intangível	43	46
1.02.04.01	Intangíveis	43	46
1.02.04.01.02	Marcas e patentes	43	46

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	134.686	136.821
2.01	Passivo Circulante	87.518	128.288
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	40.633	41.495
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	40.633	41.495
2.01.01.02.01	Salário	481	361
2.01.01.02.02	Provisão de férias	1.442	1.586
2.01.01.02.03	INSS	23.918	23.384
2.01.01.02.04	FGTS	3.947	3.714
2.01.01.02.05	Salario Educação	2.066	1.983
2.01.01.02.06	Sindicatos	268	1.745
2.01.01.02.07	SAT -Seg.Acidente Trabalho	1.749	1.677
2.01.01.02.10	Rescisões a pagar -Recuperação Judicial	3.548	3.548
2.01.01.02.20	Outras obrigações Trabalhistas	3.214	3.497
2.01.02	Fornecedores	1.626	18.112
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.269	17.744
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	357	368
2.01.03	Obrigações Fiscais	36.685	34.939
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.502	14.188
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido Fonte	4.420	4.244
2.01.03.01.03	PIS	286	265
2.01.03.01.04	COFINS	1.966	1.832
2.01.03.01.18	REFIS -Programa Recuperação Fiscal	8.717	7.775
2.01.03.01.20	Outras Obrigações Federais	113	72
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	17.906	17.598
2.01.03.02.01	ICMS Imposto Circulação Mercadoria	14.867	14.730
2.01.03.02.02	ICMS Prodec	3.039	2.868
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.277	3.153
2.01.03.03.01	IPTU	3.037	2.923
2.01.03.03.02	ISS Retido Fonte	240	230
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.627	23.780
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.627	23.780
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.627	23.780
2.01.05	Outras Obrigações	6.947	9.962
2.01.05.02	Outros	6.947	9.962
2.01.05.02.04	Representantes	0	1.223
2.01.05.02.05	Comissões a Liberar	115	105
2.01.05.02.06	Outras Exigibilidades	6.832	8.634
2.02	Passivo Não Circulante	201.703	171.749
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	23.481	6.088
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	23.481	6.088
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	23.481	6.088
2.02.02	Outras Obrigações	154.849	141.954
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.306	8.098
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	7.306	8.098
2.02.02.02	Outros	147.543	133.856
2.02.02.02.03	Fornecedores (Nota 13)	97.127	88.746

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.02.02.05	Obrigações Tributárias e Sociais (Nota 16)	42.663	43.215
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	7.753	1.895
2.02.03	Tributos Diferidos	23.188	23.446
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.188	23.446
2.02.03.01.01	Imposto de Renda -Reavaliação	8.347	8.513
2.02.03.01.02	CSLL -Reavaliação	3.004	3.064
2.02.03.01.03	Imposto de Renda -Ajuste Avaliação Patrimonial	8.704	8.727
2.02.03.01.04	CSLL - Ajuste Avaliação Patrimonial	3.133	3.142
2.02.04	Provisões	185	261
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	185	261
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	253	329
2.02.04.01.20	Deposito Judicial	-68	-68
2.03	Patrimônio Líquido	-154.535	-163.216
2.03.01	Capital Social Realizado	2.337	2.337
2.03.01.01	Capital Social Realizado	2.337	2.337
2.03.03	Reservas de Reavaliação	22.036	22.474
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-201.888	-211.066
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	22.980	23.039
2.03.06.01	Ajuste de Avaliação de Imobilizado	34.817	34.908
2.03.06.02	Imposto Renda Ajuste Avaliação Patrimonial -Imobilizado	-8.704	-8.727
2.03.06.03	CSLL sobre Ajuste Avaliação Patrimonial - Imobilizado	-3.133	-3.142

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.390	5.407
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.426	-6.005
3.03	Resultado Bruto	-2.036	-598
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.891	-1.292
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.133	-387
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-718	-811
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3	3
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-43	-97
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.927	-1.890
3.06	Resultado Financeiro	12.608	-6.008
3.06.01	Receitas Financeiras	1	21
3.06.02	Despesas Financeiras	12.607	-6.029
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.681	-7.898
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.681	-7.898
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	8.681	-7.898
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,36430	-0,33000
3.99.01.02	PN	0,36430	-0,33000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	8.681	-7.898
4.03	Resultado Abrangente do Período	8.681	-7.898

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-55	2.008
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.814	-5.309
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	8.681	-7.898
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	898	894
6.01.01.03	Reversão Contingências Trabalhistas	-76	0
6.01.01.04	Provisão de Contingência	0	-22
6.01.01.05	Provisão Devedores Duvidosos	796	0
6.01.01.06	Despesas de Juros Empréstimos	81	1.717
6.01.01.07	Estorno Provisão Despesas Juros -Recup.Judicial	-5.566	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.869	7.317
6.01.02.01	Contas a receber de Clientes	-129	2.080
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-238	-112
6.01.02.05	Estoques	423	737
6.01.02.06	Outras Contas a Receber	49	346
6.01.02.08	Empréstimo Compulsório Eletrobrás	0	-1.501
6.01.02.12	Fornecedores	-8.105	4.056
6.01.02.13	Obrigações Sociais e Trabalhistas	332	3.685
6.01.02.15	Adiantamento Operacionais	1.577	-1.177
6.01.02.16	Representantes	-1.223	-22
6.01.02.19	Outras Exigibilidades	2.489	-512
6.01.02.20	Pagamento de Juros	-44	-263
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-23	-2.015
6.03.01	Recebimento de Empréstimo	882	1.612
6.03.02	Pagamento de Empréstimo	-905	-3.627
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-78	-7
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	111	18
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	33	11

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.337	0	0	-211.066	45.513	-163.216
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.337	0	0	-211.066	45.513	-163.216
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.681	0	8.681
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.681	0	8.681
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	497	-497	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	664	-664	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-226	226	0
5.06.06	Realização de Ajuste Avaliação Patrimonial	0	0	0	90	-90	0
5.06.07	Tributos sobre Realização de Ajuste Avaliação Patrimonial	0	0	0	-31	31	0
5.07	Saldos Finais	2.337	0	0	-201.888	45.016	-154.535

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.337	0	0	-175.674	47.555	-125.782
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.337	0	0	-175.674	47.555	-125.782
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.898	0	-7.898
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.898	0	-7.898
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	487	-487	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	649	-649	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-221	221	0
5.06.06	Realização de Ajuste Avaliação Patrimonial	0	0	0	90	-90	0
5.06.07	Tributos sobre Realização de Ajuste Avaliação Patrimonial	0	0	0	-31	31	0
5.07	Saldos Finais	2.337	0	0	-183.085	47.068	-133.680

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	3.033	6.286
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.829	6.284
7.01.02	Outras Receitas	0	2
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-796	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.893	-3.722
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.594	-3.275
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-375	-451
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	76	4
7.03	Valor Adicionado Bruto	140	2.564
7.04	Retenções	-898	-894
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-898	-894
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-758	1.670
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4	23
7.06.02	Receitas Financeiras	1	21
7.06.03	Outros	3	2
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-754	1.693
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-754	1.693
7.08.01	Pessoal	2.940	2.691
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.644	2.413
7.08.01.02	Benefícios	138	120
7.08.01.03	F.G.T.S.	158	158
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	232	871
7.08.02.01	Federais	314	895
7.08.02.02	Estaduais	-147	-71
7.08.02.03	Municipais	65	47
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-12.607	6.029
7.08.03.01	Juros	1.525	6.029
7.08.03.03	Outras	-14.132	0
7.08.03.03.01	Estorno Juros credores habilitados no Plano Recuperação Judicial	-14.132	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.681	-7.898
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.681	-7.898

Comentário do Desempenho

FÁBRICA DE TECIDOS CARLOS RENAUX S.A. Em recuperação judicial

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO 1º. TRIMESTRE DE 2013

Em complemento as demonstrações contábeis do 1º trimestre, temos a informar que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia foi homologado em 27/03/2013 pelo Juízo da Comarca de Brusque, publicado no Diário Eletrônico da Justiça de Santa Catarina em 05/04/2013.

A atividade operacional ainda não alcançou o volume de produção adequado para atender as necessidades financeiras da Companhia, o que prejudica o abastecimento de matérias primas, principalmente de fios, cuja aquisição, pela inexistência de crédito, se dá mediante pagamento antecipado ao fornecedor.

Em decorrência da homologação do Plano de Recuperação Judicial, procedeu-se aos ajustes contábeis necessários para refletir a nova posição das contas. Foram estornados R\$ 14,1 milhões de encargos financeiros (item 21 das notas explicativas), gerando resultado positivo no trimestre de R\$ 8,6 milhões. Movimento também ocorreu no passivo pela transferência de valores do circulante para o não circulante afim de reclassificar os saldos dos credores habilitados na Recuperação Judicial (item 10 das notas explicativas).

A Empresa encerrou em 31 de março de 2013 com 290 colaboradores ativos, contra 284 na mesma data em 2012.

Brusque, 29 de abril de 2013

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

FÁBRICA DE TECIDOS CARLOS RENAUX S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS EM IFRS EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1) INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

1.1 Contexto operacional

A **FÁBRICA DE TECIDOS CARLOS RENAUX S.A. – Em recuperação Judicial** fundada em 1892, está constituída como uma “Sociedade Anônima” de capital aberto, registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.981.671/0001-45, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 423.0001.029-4. Está sediada na cidade de Brusque–SC na Avenida Primeiro de Maio, 1283.

A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção e prestação de serviços em tecidos de algodão, contando, para tanto, com a atuação de representantes independentes na distribuição dos produtos fabricados.

1.2 Recuperação Judicial

Com o objetivo de superar a situação de crise econômica-financeira, preservando-se a atividade da empresa, e, via reflexa, saldar o passivo existente, foi publicado em 13 de dezembro de 2011 no Jornal Valor Econômico e Jornal de Santa Catarina como Fato Relevante, o ajuizamento da Ação de Recuperação Judicial em 09 de dezembro de 2011, perante a Vara Comercial do Foro da Comarca de Brusque-SC.

O projeto de reestruturação da empresa, também denominado plano de recuperação, foi apresentado a Vara Comercial do Foro da Comarca de Brusque-SC, bem como foi posto para apreciação dos credores no *site* da empresa e da própria CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

A assembleia geral de credores foi convocada para o dia 28 de junho de 2012, ocasião em que foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial, cuja homologação se deu em 27/03/2013, conforme publicação no Diário Eletrônico da Justiça de Santa Catarina n. 1602, de 05/04/13, as fls. 580”

Homologado o plano de recuperação judicial, procedeu-se ao estorno contábil das provisões de juros dos credores habilitados na recuperação, passando a utilizar as atualizações de acordo com o que foi estipulado no mesmo.

Ressalta-se que os valores de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a serem utilizados para pagamentos de débitos trabalhistas previstos na recuperação, depositados no processo n. 98.20.03227-0 que a companhia é autora, movido em face da Eletrobrás, que se encontra tramitando em fase de cumprimento de sentença, na 2ª Vara Federal de Blumenau (SC) não foram contabilizados, em razão de ainda não ter ocorrido sua transferência ao juízo da recuperação.

De igual maneira não foram contabilizadas as baixas dos imóveis dados em pagamento à CELESC na forma prevista no plano, tendo em vista que sua oficialização depende de procedimentos administrativos e judiciais que encontram-se em andamento.

Notas Explicativas

O Plano de Recuperação Judicial consolidado, bem como, os demais documentos pertinentes ao processo em questão, estão expostos no *site* da empresa e da própria CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

De forma resumida na assembleia geral de credores ficou assim definido:

- **Classe Trabalhista** (credores trabalhistas): Receberão cessão de crédito no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), do processo n. 98.20.03227-0 que a companhia é autora, movido em face da Eletrobrás, que se encontra tramitando em fase de cumprimento de sentença, na 2ª Vara Federal de Blumenau (SC). Além da cessão de crédito descrita no item anterior, a companhia pagará as verbas desta classe em parcelas mensais de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), rateados proporcionalmente pelo crédito de cada trabalhador, iniciando-se 90 dias após a aprovação do plano. Os créditos serão corrigidos anualmente pelo INPC/IBGE.
- **Credores com Garantia Real:** O pagamento aos credores com direito de garantia real, é de repactuação do débito em 120 parcelas mensais, com carência inicial para o primeiro pagamento de 36 meses (contados da aprovação do plano), cujos valores serão corrigidos anualmente pela TR – Taxa Referencial, ou outro índice oficial que vier a substituí-la, mais 3% de juros (também anual). O valor das garantias reais dos credores em questão excede o valor que lhe cabe, deste modo, haverá uma redução da garantia que não implicará na perda da capacidade de recuperação do crédito, em caso de eventual inadimplemento. Quanto ao credor Banco Bradesco S/A, em face da redução da garantia para o total do crédito, alterar-se-á a natureza do contrato de garantia hipotecária para alienação fiduciária, estabelecendo-se que o vencimento de qualquer parcela por tempo superior a 90 dias, implicará no vencimento antecipado de toda a dívida, mantendo-se as garantias pessoais.
- **Fornecedores Quirografários:** A Celesc Distribuidora S/A, na condição expressiva de maior credora da companhia em recuperação, correspondente a 71% dos créditos quirografários, receberá na modalidade de dação em pagamento, alguns imóveis (terrenos) da companhia, também, como objeto de pagamento em favor da Celesc Distribuidora S/A, a cessão dos direitos da companhia, oriundos do processo n. 98.20.03227-0, em trâmite na 2ª Vara Federal da Subseção de Blumenau (SC), movido em face da Eletrobrás, excluído o crédito de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para pagamento de verbas trabalhistas. Eventual saldo devedor remanescente da companhia em recuperação para com a Celesc Distribuidora S/A, será tido como deságio, implicando, assim, as presentes medidas, como quitação integral de todo e qualquer crédito da Celesc Distribuidora S/A, para com a companhia.

A proposta de pagamento aos Sindicatos e advogados com honorários assistenciais decorrentes de demandas trabalhistas, consiste no pagamento em parcelas mensais de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), cujo termo inicial fica estabelecido para o mês imediatamente seguinte aquele que ocorrer a quitação das verbas dos credores trabalhistas.

Os credores quirografários, com créditos até R\$ 1.000,00 (mil reais), serão pagos em parcela única, em até 30 dias após a quitação dos valores devidos aos Sindicatos e honorários assistenciais.

Os credores quirografários, com créditos até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), excluídos os anteriores, serão pagos em 6 (seis) parcelas mensais, cujo termo inicial fica estabelecido para o mês imediatamente seguinte aquele que ocorrer a quitação dos credores com crédito até R\$ 1.000,00 (mil reais).

Para todos os demais créditos quirografários, serão destinados R\$ 100.000,00 (cem mil reais) mensais para pagamento proporcional a cada credor, cujo termo inicial fica estabelecido para o mês imediatamente seguinte aquele que ocorrer a quitação dos credores com créditos até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), estes créditos ao final do pagamento de 50% dos valores, será concedido desconto integral do saldo devedor existente naquele momento, considerando-se, deste modo, que o pagamento de 50% do débito, importará na extinção integral do mesmo. Os valores serão corrigidos anualmente pela TR – Taxa Referencial, ou outro índice oficial que vier a substituí-la.

Os valores que foram lançados em recuperação judicial, como definidos por lei foram abertos em classes, que estão assim definidos:

Notas Explicativas

CLASSES	
Trabalhistas	7.450
Garantia Real	11.801
Quirografários	83.871
Total	103.122

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

3) RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as seguintes principais práticas e políticas contábeis:

3.1 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia incluem certas estimativas referentes à definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências ativas e passivas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo que todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

A Companhia não possui unidades, filiais e outros investimentos no exterior, de modo que não possui efeitos cambiais desta natureza.

3.3 Instrumentos Financeiros

A Companhia efetuou operações exclusivamente com instrumentos financeiros não-derivativos, que incluem contas a receber de clientes e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data do balanço, os quais contemplam os custos de transação e rendimentos diretamente atribuíveis.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação.

Notas Explicativas

3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência. São registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. As contas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

3.6 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Atualmente não há efeitos relevantes que justifiquem qualquer ajuste a valor presente de curto e longo prazo, dos créditos e das obrigações da Companhia.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável.

3.8 Impostos a Recuperar

Impostos a recuperar são saldos credores de impostos apurados seguindo a legislação fiscal e classificado como ativo aguardando momento legal para que possa ser restituídos ou compensados.

3.9 Realizável a Longo Prazo

Os ativos realizáveis após o término do exercício seguinte são apresentados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, ajustados a valor presente, quando aplicável, e ajustados ao valor provável de realização, quando este for inferior.

3.10 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou fabricação, menos depreciações acumuladas, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e reavaliados. As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição ou fabricação corrigido, e reavaliações levando-se em consideração a estimativa da Administração para a vida útil de cada bem e o valor residual do mesmo. O imobilizado está líquido de créditos de ICMS, PIS e COFINS e o seu valor registrado em impostos a recuperar, com amortização conforme previsto pela legislação.

3.11 Imobilizado - custo atribuído (*deemed cost*): A Companhia em 2010 adotou o custo atribuído em observância a interpretação ICPC – 10 Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

3.12 Investimento

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

3.13 Imobilizado - Valor Recuperável de Ativos: Caso existam evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas. Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment” em observância ao CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável do Ativo.

3.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Notas Explicativas

3.15 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva quando exigida.

3.16 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.17 Obrigações Tributárias

Os tributos correntes incidentes sobre as operações da companhia são calculados de acordo com a legislação fiscal até a data de apresentação das demonstrações contábeis, sendo reconhecidos pelo regime contábil de competência.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e despesas correspondentes.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas e Serviços

A receita da venda de bens e serviços considerada operação em continuidade, no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	31.03.2013	31.12.2012
Caixa e Bancos	33	111

5) CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos das Contas a Receber de Clientes em 31 de março estão assim representados:

DESCRIÇÃO	31.03.2013	31.12.2012
Clientes no país	2.813	2.638
Clientes no exterior	272	318

Notas Explicativas

Subtotal	3.085	2.956
Provisão para devedores duvidosos	(2.140)	(1.344)
Total	945	1.612

Composição do vencimento das duplicatas:

DESCRIÇÃO	31.03.2013	31.12.2012
Valor a vencer	671	618
Vencidas em até 30 dias	146	143
Vencidas entre 31 e 60 dias	75	2
Vencidas entre 61 e 90 dias	-	-
Vencidas acima de 91 dias	2.193	2.193
Total	3.085	2.956

6) ESTOQUES

São representados por:

DESCRIÇÃO	31.03.2013	31.12.2012
Produtos acabados	784	961
Matérias-primas	134	179
Produtos em elaboração	735	900
Peças de manutenção	716	722
Outros	439	469
Total	2.808	3.231

7) IMPOSTOS A RECUPERAR

São representados por:

DESCRIÇÃO	Circulante		Não Circulante	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
COFINS			133	144
PIS			30	31
Imposto de Renda	1	1		
IPI	2	5		
ICMS	1.410	1.157	1	1
REFIS – Lei 11.941	38	38		
Outros	11	11		
Total	1.462	1.212	164	176

A companhia está realizando os impostos a recuperar através de compensações, levando em consideração a legislação tributária vigente.

Notas Explicativas

8) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ATIVOS DE PREJUÍZOS FISCAIS E PASSIVOS TRIBUTÁRIOS DE AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL E REAVALIAÇÃO DE BENS DO IMOBILIZADO, DIFERIDOS

A Companhia possui reconhecido no grupo tributos diferidos em seu passivo não circulante o saldo de R\$ 23.188 em 31 de março de 2013 (contra R\$ 23.446 em 31 de dezembro de 2012), à ordem de 34% sobre o saldo das reservas de reavaliação e de ajuste avaliação patrimonial.

Em contrapartida aos tributos diferidos em seu passivo, correspondente as reservas de reavaliação do imobilizado e ajuste avaliação patrimonial, a Companhia reconheceu em seu ativo o montante de tributos diferidos de prejuízo fiscal, de igual valor.

A realização destes valores se dará através da alienação ou depreciação destes bens, obedecendo a mesma proporção, tanto no ativo como passivo.

Mesmo com a provisão dos tributos diferidos em seu ativo a Companhia ainda possui um ativo fiscal diferido não reconhecido demonstrado a seguir, que está calculado com alíquotas para o Imposto de renda de 15% e adicional de 10% e a contribuição social com 9%:

Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2002	3.273	1.231	4.504
2003	530	138	668
2004	6.932	2.496	9.428
2005	1.835	667	2.502
2006	5.705	2.105	7.810
2007	5.983	2.154	8.137
2008	6.466	1.656	8.122
2009	7.626	3.307	10.933
2010	7.802	2.898	10.700
2011	7.034	2.421	9.455
2012	8.622	3.105	11.727
2013	(2.349)	(846)	(3.195)
Soma	59.459	21.332	80.791
Ativo Diferido Reconhecido	(17.456)	(6.284)	(23.740)
Soma	42.003	15.048	57.051

9) IMOBILIZADO

A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10.

Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

Atualmente a Companhia adota como política, a venda dos ativos em questão como sucata, desta forma a mesma não está utilizando o valor residual para cálculo de depreciação, visto que, no final de sua vida útil o valor recuperado é irrisório.

Notas Explicativas

Foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado (terrenos) cujos créditos estão habilitados na recuperação judicial que totalizam o valor de R\$ 12.317 em 31 de março 2013 (R\$ 12.317 em 31 de dezembro de 2012) em garantia de operações junto a instituições financeiras e outros.

Movimentação das contas:

Descrições das Contas	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/11	Adições 2012	Baixas 2012	Saldo em 31/12/2012	Adições 2013	Baixas 2013	Saldo em 31/03/2013
Custo ou Avaliação								
Terrenos		258			258			258
Terrenos Reavaliação		7.809			7.809			7.809
Terrenos Custo Atribuído		24.654			24.654			24.654
Construções	2% a 4%	11.658		20	11.638			11.638
Construções Reavaliação	2% a 4%	12.764			12.764			12.764
Construções Custo Atribuído	2% a 4%	11.375			11.375			11.375
Máquinas e Instalações	5% a 15%	54.422		47	54.375			54.375
Máquinas e Instalações Reavaliação	5% a 15%	34.770		248	34.522			34.522
Equipamentos Escritório	10% a 20%	2.239	1	182	2.058			2.058
Veículos	20%	248		48	200			200
Outros		1.151			1.151			1.151
Total		161.348	1	545	160.804	-	-	160.804
(-) Depreciação Acumulada								
Construções		9.630	189	2	9.817	46		9.863
Construções Reavaliação		3.865	310		4.175	78		4.253
Construções Custo Atribuído		758	362		1.120	90		1.210
Máquinas e Instalações		52.828	291		53.119	69		53.188
Máquinas e Instalações Reavaliação		14.691	2.318	142	16.867	586		17.453
Equipamentos Escritório		2.078	86	181	1.983	21		2.004
Veículos		245	2	48	199	1		200
Outros		838	24		862	4		866
Total		84.933	3.582	373	88.142	895	0	89.037
Imobilizado Líquido		76.415			72.662			71.767

9.1) Recuperabilidade dos Ativos (*IMPAIRMENT*)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”.

No início do exercício de 2012 a empresa em virtude do pedido de recuperação judicial, realizou a avaliação de seu ativo imobilizado através da empresa Lautec Equipe Técnica, Engenharia S/C Ltda. registrada no CREA/RS sob número 105.128-D, especializada em Engenharia Econômica e Legal, através de seus Responsáveis Técnicos, Engenheiro Civil Luciano Bessmann Silveira e Engenheiro Civil Eduardo Aquino Gonçalves, onde foi constatado que não seria necessário o reconhecimento de provisão para perdas por “impairment” de acordo com ICPC 10 e CPC 27.

Durante o primeiro trimestre de 2013 não houve fato que justificasse teste de recuperabilidade.

9.2) Imobilizado – Custo Atribuído (*deemed cost*)

No exercício de 2010 a companhia apurou o valor justo de seus terrenos e construções, que em uma análise prévia detectou que os valores estariam inferiores ao valor justo.

Notas Explicativas

Para realizar a avaliação a companhia contratou a empresa especializada “LAUTEC - Equipe Técnica Engenharia S/C Ltda”, que preparou um laudo técnico apresentando o valor justo dos terrenos e construções pertencentes a companhia, também sendo revisado a vida útil das mesmas.

A companhia reconheceu em 2010, baseada no Laudo, um ajuste no ativo imobilizado de R\$ 45.342, em contrapartida, o mesmo valor, no Patrimônio Líquido na conta Ajuste Avaliação Patrimonial. Na mesma oportunidade reconheceu os impostos diferidos no Passivo não Circulante no valor de R\$ 15.416, a contrapartida foi contabilizada como redutora do Patrimônio Líquido na conta Ajuste Avaliação Patrimonial.

No primeiro trimestre de 2013 foi realizado através de depreciação o valor de R\$ 90 (contra R\$ 90 no mesmo período anterior).

9.3) Imobilizado – Baixa com Realização de Reserva de Reavaliação

A companhia reconheceu a depreciação sobre os bens reavaliados no resultado do primeiro trimestre de 2013 o valor de R\$ 664, no mesmo período de 2012 o valor reconhecido foi de R\$ 649.

10) INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

DESCRIÇÃO	31.03.2013	31.12.2012
BRADESCO – Atualização pela TR –Taxa Referencial Anual, mais um reajuste de 3% de juros anuais e alienação fiduciária de terreno. Liquidação conforme plano recuperação judicial Nota Explicativa 1.2	11.341	11.341
BANCO FICSA S/A – Atualização pela TR –Taxa Referencial Anual, Liquidação conforme plano recuperação judicial Nota Explicativa 1.2	3.644	3.644
BANDO DAYCOVAL – Atualização pela TR –Taxa Referencial Anual, liquidação conforme plano recuperação judicial Nota Explicativa 1.2.	327	327
BANCO MERCANTIL DO BRASIL – Atualização pela TR –Taxa Referencial Anual, liquidação conforme plano recuperação judicial Nota Explicativa 1.2.	13	13
DIVERSOS – Adiantamentos capital de giro – Atualização pela TR –Taxa Referencial Anual, liquidação conforme plano recuperação judicial Nota Explicativa 1.2.	8.156	8.218
Operações de Duplicatas descontadas a juros médios de 2,8% a.m. – com prazo médio de 60 dias.	1.635	1.571
Provisão de encargos financeiros sobre obrigações junto a instituições financeiras constantes no plano de recuperação judicial – taxa dos contratos.	-	4.768
Encargos financeiros a transcorrer	(8)	(14)
Total	25.108	29.868
Parcela a curto prazo	1.627	23.780
Parcela a longo prazo	23.481	6.088

Com exceção das duplicatas descontadas e os respectivos encargos financeiros a transcorrer, os demais valores fazem parte da lista dos credores habilitados na recuperação judicial.

A Companhia atualizou os créditos de acordo com o plano de recuperação judicial, ou seja, pela TR – Taxa Referencial Anual, exceto o Banco Bradesco que além da TR possui um reajuste de mais 3% de juros anuais.

Notas Explicativas

A Companhia mantinha provisionada o valor de R\$ 4.768 como despesas financeiras referente a diferença entre os índices de reajuste dos contratos originais e as atualizações pelos índices do plano de recuperação judicial, provisão esta, que foi estornada em 2013 por conta da homologação do plano de recuperação judicial.

Os saldos dos credores habilitados na recuperação encontram-se classificados no passivo não circulante, pois a liquidação dos mesmos será em data superior ao próximo exercício, conforme estipulado no plano de recuperação judicial nota explicativa 1.2.

11) PARTES RELACIONADAS E REMUNERAÇÃO DE PESSOAS CHAVES

O valor de R\$ 7.306 em 31 de março de 2013 e R\$ 8.098 em 31 de dezembro de 2012, registrados na conta Diretores e Acionistas, corresponde a contratos de mútuos entre a empresa e seus diretores e acionistas. Estes créditos fazem parte do rol de credores habilitados no plano de recuperação judicial, como Fornecedores Quirografários, desta forma estes créditos foram atualizados de acordo com os índices estipulados pelo plano.

Porem até a homologação do plano pelo poder judiciário, a Companhia estava provisionando os encargos financeiros da diferença entre os índices de reajuste dos contratos originais que é de 1% conforme os contratos e as atualizações pelos índices do plano de recuperação judicial (TR – Taxa Referencial-Anual), perfazendo o total de R\$ 799, valor este que foi estornado por conta da homologação do plano de recuperação judicial.

Os saldos se encontram classificados no passivo não circulante, pois a liquidação dos mesmos será em data superior ao próximo exercício, conforme estipulado no plano de recuperação judicial nota explicativa 1.2.

A remuneração dos Administradores da Companhia foi de R\$ 134 no primeiro trimestre de 2013 contra R\$ 126 no mesmo período de 2012.

12) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

12.1 Provisões

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores e consultores jurídicos, constituiu provisão para fazer frente a possíveis compromissos emanados de disputas judiciais, quando a possibilidade de perda é considerada provável, e entende que os valores registrados no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas, conforme apresentado abaixo:

DESCRIÇÃO	31.03.2013			2012
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Líquido
Trabalhistas (a)	253	(68)	185	261
Total	253	(68)	185	261

a) **Trabalhistas** - As ações trabalhistas na sua maioria referem-se à multa de 40% sobre os depósitos do FGTS, Horas Extras e Intervalo para Descanso e Alimentação, sendo que não existem, individualmente, processos de valor relevante.

Notas Explicativas

As movimentações do período foram as seguintes:

DESCRIÇÃO	TRABALHISTA	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro 2012	329	329
Adição a Provisão	0	0
Utilização	(76)	(76)
Saldos em 31 de março 2013	253	253
(-) Depósitos judiciais	(68)	(68)
Saldo líquido das contingências	185	185

12.2 Contingências Ativas

a) Correção monetária sobre Empréstimos Compulsórios Eletrobrás

A Companhia mantém registrado no balanço R\$ 33.889 em 31 de março de 2013, (R\$ 33.889 em 31 de dezembro 2012) relativos a crédito de correção monetária sobre o Empréstimo Compulsório Eletrobrás, cujo processo foi transitado em julgado em dezembro de 2004, no Superior Tribunal de Justiça.

De acordo com o plano de recuperação judicial de dezembro de 2011, do valor a receber, a quantia de R\$ 5.000 será para liquidar verbas trabalhistas e o saldo será cedido a Celesc Distribuidora S/A para liquidar as obrigações da Companhia junto à mesma.

A possibilidade de realização do ganho é praticamente certa, segundo os assessores jurídicos da Companhia. A estimativa do valor contabilizado foi feita ao amparo da lei e decisão judicial, que reconhecem como legítimas a correção monetária e juros de 6% ao ano.

Em 25 de maio de 2006 a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A recebeu R\$ 6.181 da Eletrobrás, como parte do pagamento do referido processo, que se encontra na fase de execução judicial.

b) INCRA

Tramita no STJ o processo nr. 2001.72.05.006505-0 que aguarda o julgamento do direito de compensar os créditos do INCRA com outras contribuições previdenciárias, cujo valor monta em R\$ 329. Este valor somente será registrado no balanço da Companhia após a decisão final ou quando os assessores jurídicos entenderem que a realização do ganho é provável.

12.3 Contingências Passivas

a) TQM Total Qualified Management

Trata-se de ação de cobrança movida pela TQM Total Qualified Management, objetivando receber da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A, a quantia de R\$ 586 em decorrência de contrato de prestação de serviços de consultoria empresarial, firmado em 03.01.2005, cujo objeto e valores estão sendo discutidos judicialmente. A chance de êxito da Companhia segundo a assessoria jurídica da empresa é possível.

13) FORNECEDORES

Circulante	Não Circulante
------------	----------------

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Fornecedores Nacionais	1.269	4.222		
Fornecedores Estrangeiros	357	368		
Parcelamento com fornecedores	-	13.522	97.127	88.746
Total	1.626	18.112	97.127	88.746

14) OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

DESCRIÇÃO	31.03.2013	31.12.2012
Salários a pagar	481	361
Rescisões a pagar –Recuperação Judicial	3.548	3.310
Provisões férias, 13º salário e encargos	1.650	1.851
INSS a recolher	23.918	23.426
FGTS a recolher (normal e indenizações)	3.947	3.714
Salário educação – convênio	2.066	1.983
Seguro Acidente de Trabalho – SAT	1.749	1.677
Sindicatos	268	1.745
Outras	3.006	3.428
Total	40.633	41.495

15) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	31.03.2013	31.12.2012
ICMS	9.156	9.019
ICMS – Atualização até recuperação Judicial (1)	5.711	5.711
PRODEC–Financiamento ICMS	3.039	2.868
IPTU	3.037	2.923
Imposto de Renda	4.420	4.244
COFINS	1.966	1.832
PIS	286	265
Programa de Recuperação Fiscal-REFIS (nota 29)	8.717	7.775
Outras	353	302
Total	36.685	34.939

(1) Em virtude do diferimento da recuperação judicial a Companhia obteve o benefício de exclusão de multa e juros sobre o ICMS atrasado, limitados a data da declaração da recuperação judicial, de acordo com a Lei 14.967/09 em vigência na data. Porém a companhia aguarda o diferimento por parte da Secretária do Estado de Santa Catarina para a baixa da mesma.

16) OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS – NÃO CIRCULANTE

DESCRIÇÃO	31.03.2013	31.12.2012
PRODEC – Financiamento ICMS	1.216	1.327
FGTS Parcelamento	4.780	4.827

Notas Explicativas

Programa de Recuperação Fiscal-REFIS (nota 29)	35.712	36.100
Outras	955	961
Total	42.663	43.215

17) CAPITAL SOCIAL

O capital subscrito e integralizado de R\$ 2.337 é dividido em 11.913.305 ações ordinárias, e 11.913.305 ações preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais, sem direito a voto, gozam de prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos de 8% a.a. sobre o capital social realizado, não podendo ser inferior a 3% do valor do patrimônio líquido da ação, havendo lucro partilhável.

O valor patrimonial em reais por ação em 31 de março de 2013 é de R\$ (6,49) e R\$ (6,85) em 31 de dezembro de 2012.

18) RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

DESCRIÇÃO	31.03.2013	31.03.2012
Vendas Mercado Interno	899	3.245
Prestação de Serviços	2.461	2.609
Vendas Mercado Externo	471	511
Receita Bruta de Vendas	3.831	6.365
Impostos sobre vendas (PIS, COFINS e ICMS)	(439)	(891)
Devoluções	(2)	(67)
Receita Líquida de Vendas	3.390	5.407

Notas Explicativas

19) DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

DESCRIÇÃO	31.03.2013	31.03.2012
Despesa com Pessoal	2.911	3.066
Insumos Diretos	558	857
Mercadoria para Revenda	425	-
Materiais Indiretos	404	523
Serviços de Terceiros	323	484
Comissões Representantes	36	88
Fretes	20	35
Depreciações e Amortização	898	894
Energia Elétrica	402	536
Provisão Devedores Duvidosos	796	-
Outras Despesas	504	720
Total	7.277	7.203
Classificados como:		
Custo da venda de Produtos	5.426	6.005
Despesas com Vendas	1.133	387
Despesas Administrativas	718	811
Total	7.277	7.203

20) RESULTADO BRUTO

A Companhia registrou como resultado bruto prejuízo de R\$ 2.036 em 31 de março de 2013, contra R\$ 598 no mesmo período de 2012. Estes resultados têm como grande influencia a baixa utilização da capacidade produtiva da Companhia no primeiro trimestre de 2013 operou com aproximadamente 37% de sua capacidade, contra 62% no mesmo período do exercício anterior.

O reduzido volume de produção decorreu do processo de reestruturação que atualmente passa a Companhia e das dificuldades da conjuntura que afetaram o setor têxtil.

Notas Explicativas**21) RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

DESCRIÇÃO	31.03.2013	31.03.2012
Receitas Financeiras		
Juros recebidos	-	8
Outras Receitas Financeiras	1	13
Total Receita Financeira	1	21
Despesas Financeiras		
Encargos sobre Empréstimo	(81)	(1.717)
Encargos sobre Empréstimo -Credores inclusos Recuperação Judicial	5.566	-
Variação Cambial	13	(38)
Atualização Tributos	(1.447)	(2.326)
Encargos sobre Demais Contas	(9)	(1.919)
Encargos sobre Demais Contas -Credores inclusos Recuperação Judicial	8.565	-
Outras Despesas Financeiras	-	(29)
Total Despesa Financeira	12.607	(6.029)
Resultado Financeiro Líquido	12.608	(6.008)

No exercício de 2012 os empréstimos e obrigações junto a instituições financeiras e fornecedores habilitados no plano de recuperação judicial estavam sendo atualizados de acordo com o plano de recuperação judicial e a diferença entre o valor apurado desta atualização com o valor da atualização pelos contratos originais foi base para a provisão de R\$ 5.566 como Encargos sobre Empréstimos e de R\$ 8.565 de Encargos sobre Demais Contas, que pela homologação do plano de recuperação judicial em 27 de março de 2013 as mesmas foram baixadas.

22) OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	31.03.2013	31.03.2012
Outras Receitas		
Receita de Aluguel	3	3
Total de Outras Receitas	3	3
Outras Despesas		
Contituição e Reversão de provisões	76	-
Depreciações e amortizações	(44)	(46)
Impostos e Taxas	(68)	(50)
Outras Despesas	(7)	(1)
Total Outras Despesas	(43)	(97)

23) RESULTADO POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	31.03.2013	31.03.2012
Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	4.340	(3.949)
Lucro disponível aos acionistas ordinários	4.341	(3.949)
Total	8.681	(7.898)
Quantidade de ações preferenciais emitidas	11.913	11.913
Quantidade de ações ordinárias emitidas	11.913	11.913
Total	23.826	23.826
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação preferencial	0,36	(0,33)
Ação ordinária	0,36	(0,33)

24) PLANO DA ADMINISTRAÇÃO PARA ALCANÇAR O EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA COMPANHIA

O ajuizamento da Ação de Recuperação Judicial em 09 de dezembro de 2011, perante a Vara Comercial do Foro da Comarca de Brusque-SC, faz parte do plano de reestruturação e recuperação da Companhia visando superar a situação de crise econômica-financeira, preservando-se a atividade da empresa.

O projeto de reestruturação da empresa, também denominado plano de recuperação, foi apresentado a Vara Comercial do Foro da Comarca de Brusque-SC, bem como foi posto para apreciação dos credores no *síte* da empresa e da própria CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

A assembleia geral de credores foi convocada para o dia 28 de junho de 2012, onde nesta data foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial, que obteve homologação pelo poder judiciário em 27 de março de 2013.

Fazem parte deste plano, entre outras medidas:

- a) Venda de tecidos com maior valor agregado
- b) Alienação de ativos imobilizados
- c) Ampliação da carteira de clientes

25) COBERTURA DE SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado e estoques.

As principais coberturas são as seguintes:

Modalidade	Objeto	31.03.2013	31.12.2012
Incêndio	Prédios e Conteúdo	47.000	47.000
Responsabilidade Civil	Diversos	10.000	10.000
Total		57.000	57.000

Notas Explicativas

26) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Conforme faculta a Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter a Reserva de Reavaliação registrada no Patrimônio Líquido, sendo que a sua realização ocorrerá quando da alienação, depreciação ou baixa dos respectivos ativos.

A companhia reconheceu na Reserva de Reavaliação, a realização no exercício pela depreciação sobre os bens reavaliados no primeiro trimestre de 2013 o valor de R\$ 664, no mesmo período no exercício anterior o valor foi de R\$ 649. Na mesma oportunidade a Companhia procedeu a baixa dos Impostos Diferidos.

27) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Derivativos:** A empresa não mantém operações em derivativos.
- c) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos, os valores foram determinados utilizando-se as taxas de juros fixadas junto aos credores, as quais são significativamente semelhantes ao valor de mercado, consideradas as condições e a natureza dessas operações.
- d) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- e) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros.

Conforme elencado no plano de recuperação judicial, com o seu diferimento em dezembro de 2012, os créditos habilitados de empréstimos e obrigações com fornecedores estão sendo atualizados de acordo com o plano de recuperação judicial, ou seja, pela TR –Taxa Referencial Anual, exceto o Banco Bradesco (credores com garantia real) que além da TR possui um reajuste de mais 3% de juros anuais. Atualmente a companhia capta recursos através de adiantamento junto a clientes e fornecedores.

• Riscos de taxas de câmbio

Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio. A mesma possui um controle natural entre as obrigações e diretos em moeda estrangeira. Atualmente a empresa possui poucas operações com moedas estrangeiras.

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	31.03.2013	31.12.2012
Ativo		
Clientes a receber exterior (R\$)	272	318
Total do Ativo	272	318
Passivo		
Fornecedores no Exterior (R\$)	357	368
Adiantamento Contrato de Cambio (R\$)	0	0
Total Passivo	357	368
Exposição Líquida R\$ mil	(85)	(50)
Exposição Líquida US\$ mil	(42)	(24)
Taxa do dólar	2,0132	2,0429

• Risco de crédito

Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanham permanentemente o seu saldo devedor.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de buscar uma adequada estrutura de capital.

28) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia atua somente em um segmento operacional, denominado Setor Têxtil, principalmente na produção de tecidos de algodão. A Companhia não possui unidades, filiais ou ativos no exterior. Suas vendas são na maioria para mercado interno, as exportações NO 1º trimestre de 2013 representaram 12,2% da receita bruta. (contra 8,0% mesmo período de 2012).

As exportações estão assim representadas por países:

PAÍSES	31.03.2013	31.03.2012
Argentina	56,40%	79,65%
Paraguai	9,70%	17,25%
USA	33,90%	3,10%
Total	100,00%	100,00%

29) PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL-REFIS

A Companhia aderiu ao parcelamento especial criado pela Lei nº 11.941/2009, que possibilita o pagamento de débitos fiscais vencidos até 30/11/2008 perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria da Fazenda Nacional, em até 180 meses (cento e oitenta), que assegura a redução gradativa de juros e multa (relativos à esses mesmos débitos fiscais). A Companhia utilizou prejuízo fiscal e bases negativas de CSLL para amortização do saldo remanescente de juros e multas (após a aplicação das reduções previstas pela lei).

Os débitos fiscais foram consolidados perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria da Fazenda Nacional, gerando 161 parcelas de R\$ 247,3, perfazendo um total de R\$ 39.811. O montante de obrigações a pagar em 31 de março de 2013 está demonstrado nas notas explicativas 15 e 16.

Notas Explicativas

No primeiro trimestre de 2013 está apropriado no resultado (despesas financeiras) o montante de R\$ 554 (R\$ 883 mesmo período em 2012) resultante da atualização do saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía dezenove parcelas em atraso, sendo que eventual exclusão do parcelamento representaria um efeito no Passivo a Descoberto no valor aproximado de R\$ 20.914, referente ao benefício instituído pela lei 11.941/2009, onde permitiu uma redução de juros e multas através de percentuais, de acordo com o número de parcelas, e a compensação dos juros e multas restantes com prejuízo fiscal e bases negativas de CSLL.

Em 13 de março de 2013 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional emitiu despacho informando a abertura de processo administrativo para exclusão da companhia do parcelamento da Lei 11.941/09.

30) AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 15 de abril de 2013.

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONTADOR
Presidente: Rolf Dieter Bückmann	Presidente: Walter Bueckmann	Vilson Quaiato
Conselheiros: Walter Bueckmann, Isolde Siewerdt	Diretor: Jorge Paulo Krieger Filho (Diretor de Relações com Investidores)	CRC-SC – 029.946/O-4

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e Acionistas da
FÁBRICA DE TECIDOS CARLOS RENAUX S.A.- (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Brusque – SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. - (em Recuperação Judicial) (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410, - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ênfase

Continuidade Operacional e Plano de Recuperação Judicial - PRJ

Conforme descrito na nota explicativa nº 24, a Companhia está adotando um conjunto de medidas para a recuperação econômico-financeira que abrange aumento das vendas, rentabilidade dos produtos, utilização da plena capacidade de produção, estabelecimento de parcerias, treinamento de pessoal, marketing e alongamento das dívidas. A Companhia apresentou resultado positivo no primeiro trimestre de 2013 de R\$ 8.681 mil (R\$ (7.898) mil no primeiro trimestre de 2012) e capital de giro negativo de 82.196 mil em 31 de março de 2013 (R\$ 91.714 mil em 31 de março de 2012). Em 09 de dezembro de 2011 a Companhia ajuizou a Ação de Recuperação Judicial perante a Vara Comercial do Foro da Comarca de Brusque – SC, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2. Em 28 de junho de 2012 foi convocada a assembleia geral de credores, sendo discutido e aprovado o Plano de Recuperação Judicial, cuja homologação ocorreu em 27 de março de 2013, conforme publicação no Diário Eletrônico da Justiça de Santa Catarina nº 1602 de 05 de abril de 2013 as fls. 580. As informações trimestrais foram preparadas e são apresentadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de ativos ou quanto a ajustes às contas de passivo, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando. Nossa conclusão não foi modificada em função deste assunto.

Parcelamento de dívidas Lei nº. 11.941 de 27 de maio de 2009 (“REFIS IV”)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 29, em 31 de março de 2012 a Companhia possuía dezenove parcelas em atraso. Em 13

de março de 2013 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional emitiu despacho informando a abertura de processo administrativo para exclusão da interessada do parcelamento. A possível exclusão implicaria na perda dos benefícios utilizados em 2009 no valor de R\$ 20.914 mil e o consequente aumento no grau de endividamento. Nossa conclusão não foi modificada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado – (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissões de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demais informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Blumenau (SC), 29 de abril de 2013.

ACTUS AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC-SC nº 001.059/0-7

Samir da Silveira - Sócio Responsável
Contador CRC Nº SC 024.199/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao preceituado pelo art.25, incVI da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº480 de 07 de dezembro de 2009, declaramos, a quem interessar possa, que revimos, discutimos e concordamos com as Informações divulgadas nas Informações Trimestrais referentes ao 1º Trimestre de 2013, devidamente auditadas pelos auditores independentes contratados pela Companhia, Actus Auditores Independentes S/S.

WALTER BUECKMANN
Diretor Presidente

JORGE PAULO KRIEGER FILHO
Diretor de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao preceituado pelo art.25, incV da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº480 de 07 de dezembro de 2009, declaramos, a quem interessar possa, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes contratados pela Companhia, Actus Auditores Independentes S/S, emitido sem qualquer ressalva, datado de de 29 de Abril de 2013

WALTER BUECKMANN
Diretor Presidente

JORGE PAULO KRIEGER FILHO
Diretor de Relação com Investidores